

Baixa umidade do ar no Distrito Federal aumenta riscos à saúde da população

Inmet alerta que previsão é de umidade entre 12% e 20%; população deve reforçar a hidratação

Por Isabel Dourado

Sede constante, garganta seca, ressecamento da pele, ardência nos olhos e cansaço estão entre os sintomas que os brasilienses podem sentir nos próximos dias devido à baixa umidade do ar no Distrito Federal.

O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) emitiu nesta quinta-feira (30) o aviso laranja de perigo para baixa umidade relativa do ar. Segundo o Inmet, os índices podem ficar abaixo de 20% durante a tarde.

As condições meteorológicas são monitoradas diariamente. De acordo com o Inmet, as condições críticas de baixa umidade do ar acompanhadas de grande amplitude térmica podem seguir até segunda-feira (3).

“A baixa umidade do ar persiste em 14 estados e o DF, com destaque para o Centro-Oeste onde os efeitos devem ser mais intensos e a umidade relativa do ar pode chegar a 12% em algumas localidades”, alerta o Instituto.

Não há previsão de chuva para o DF nem de aumento significativo da umidade nos próximos dias. O cenário, segundo o Instituto, é causado pela atuação de uma massa de ar seco, típica do inverno



AGÊNCIA BRASÍLIA

Com o tempo seco, é importante reforçar alguns cuidados para evitar problemas de saúde

no Planalto Central.

Sem chuva com acumulados expressivos desde junho, o ar continua cada vez mais seco, especialmente durante o período da tarde.

Conforme informa o Inmet, neste mês, o menor índice de umidade registrado no DF foi de 18%, em 7 de julho, na estação meteorológica do Gama/Ponte Alta. O recorde histórico do Distrito Federal é de 7%, registrado na mesma estação em 3 de setembro de 2024.

Elie Fiss, médico pneu-

mologista do Hospital Sírio-Libanês, de São Paulo, destaca que a baixa umidade do ar traz riscos à saúde como ressecamento das mucosas das vias respiratórias, da pele e dos olhos.

“Nesta época do ano, algumas regiões do Brasil apresentam umidade relativa do ar muito baixa. Isso é extremamente prejudicial para as vias aéreas e para as vias respiratórias. Desde a mucosa nasal até a mucosa pulmonar, a pele que fica ressecada, os olhos. Todas as áreas [do cor-

po] que têm contato direto com o ar que respiramos [são afetadas]. A umidade muito baixa é prejudicial.”

O pneumologista ainda ressalta que pacientes que têm doenças respiratórias crônicas como asma, DPOC (Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica), bronquite, enfisema pulmonar podem ter um agravamento da situação como crises de falta de ar, chiado ou aperto no peito, tosse, sangramento nasal dentre outros sintomas.

Ele destaca que esse grupo

precisa de cuidados redobrados durante o período de seca e baixa umidade do ar.

HIDRATAÇÃO

A recomendação do especialista é beber bastante água ao longo do dia para manter o corpo e as vias respiratórias hidratados e lavar o nariz com soro fisiológico várias vezes ao dia. Sempre que possível, também vale umidificar os ambientes.

“Recomenda-se a hidratação. As pessoas devem ingerir uma quantidade de água suficiente, pelo menos 2 litros de água por dia. Além disso, usar colírios, soro nasal. Muitas pessoas utilizam o umidificadores. Eles são eficazes? Sim, mas dentro do ambiente em que a pessoa está, um ambiente pequeno. E podem ser usados especialmente à noite, por exemplo se a umidade do ar estiver baixa”, observa o pneumologista Elie Fiss.

Embora o uso do umidificador seja recomendado quando a umidade do ar está baixa, o médico pneumologista Elie Fiss do Hospital Sírio-Libanês reforça que o uso do aparelho exige cuidados e limpeza diária.

“O aparelho tem que ser muito bem lavado constantemente para evitar o surgimento de micro-organismos.”

MPDFT envia recomendações à PMDF sobre abordagens

DIVULGAÇÃO/AGÊNCIA BRASÍLIA

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) expediu uma recomendação ao Comando-Geral da Polícia Militar (PMDF) para orientar a atuação dos policiais durante abordagens a pessoas em situação de rua.

O documento determina que não sejam empregados constrangimento, coação ou força quando houver recusa livre e consciente a ofertas de acolhimento ou internação.

A corporação terá 15 dias para informar as providências adotadas e deverá comunicar ao órgão ministerial, em até 72 horas, toda internação involuntária realizada com apoio de policiais militares.

Segundo o MPDFT, a medida tem como base a Lei Distrital nº 7.923/26, que proíbe ações indiscriminadas de re-

colhimento forçado e permite apenas mutirões de acolhimento e zeladoria urbana.

A recomendação estabelece que a internação involuntária somente pode ocorrer mediante laudo médico que comprove risco iminente à vida da própria pessoa ou de terceiros e que eventual recusa seja registrada formalmente, sem medidas repressivas, sancionatórias, vexatórias ou de recolhimento forçado.

Também orienta que a atuação policial seja articulada com a rede de assistência social e saúde mental, incluindo o Centro POP, os Centros de Atenção Psicossocial (Caps) e a Rede de Atenção Psicossocial (Raps), conjunto de serviços públicos voltados ao atendimento em saúde mental.

Nos casos de internação

com apoio policial, o consentimento deverá ser documentado, preferencialmente por gravação audiovisual.

O MPDFT também recomenda capacitação continuada dos policiais sobre os direitos da população em situação de rua. Segundo o órgão, a iniciativa busca evitar violações de direitos fundamentais.

O descumprimento poderá levar à apuração de responsabilidades nas esferas cível, administrativa e penal.

Antes da sanção da Lei nº 7.923/26, o Núcleo de Enfrentamento à Discriminação (NED) encaminhou relatório técnico ao governo do DF (GDF), apontando que a Raps opera acima da capacidade, com déficit de profissionais, escassez de materiais e oferta reduzida de unidades.



A medida orienta sobre as internações de pessoas em situação de rua